



**DIREITA MILITAR
APONTA PARA
NOVOS ALVOS**

VER PAG. 8

Poder Popular



RAPTO DE ALDO MORO A QUEM SERVE O TERRORISMO ?



ROMA — Na luta de classes, as acções políticas analisam-se mais pelos resultados que provocam, pela alteração produzida na relação de forças, do que pelas intenções de quem as pratica.

A história do movimento operário tem mostrado que as acções de natureza "terrorista", desligadas do movimento popular sempre acabam por reforçar as posições do inimigo — a esquerda não é terrorista! Não se trata de condenar as "acções exemplares"; pelo contrário — as operações armadas contra o aparelho militar colonial - fascista antes do 25 de Abril, os ataques relâmpago da Polisário, da SWAPO ou da OLP aparecendo formalmente como "acções isoladas" assumem um significado político bem distinto do terrorismo pequeno - burguês já que estão em ligação estreita com a dinâmica do movimento popular de massas, sendo, aliás, uma das suas expressões mais avançadas.

Aldo Moro, personagem chave da Democracia Cristã italiana, foi raptado por um grupo que se afirma de "extrema esquerda". Mas a quem serviu, politicamente, este rapto? Ao movimento operário italiano?

A acção das Brigadas Vermelhas conseguiu, em poucos dias, aquilo que o Ministro do Interior não conseguiu em 1 ano — a aprovação dum conjunto de medidas de reforço do autoritarismo e repressão burgueses.

VER PAG. 7

A IMPRENSA PORTUGUESA

Num oportunismo ridículo, a maioria dos órgãos de informação portugueses fizeram um aproveitamento profundamente reaccionário do rapto de Aldo Moro.

Destaque especial, nesta missão, para a RTP que em noticiário sobre o terrorismo nele incluiu legítimos representantes de povos em luta pela defesa dos seus direitos históricos.

A RTP de certo que não desconhece que a OLP é reconhecida oficialmente por muitos países e organizações internacionais como o representante do povo palestino e, ao apelidar-lhe de "terrorista", não fica muito longe das acusações semelhantes proferidas por Salazar e Caetano aos então movimentos de libertação das colónias portuguesas — o MPLA, o FRELIMO e o PAIGC.

MANIFESTAÇÃO DE 28 DE MARÇO EXIGE PUNIÇÃO PARA OS BOMBISTAS

Convocados pelas associações de estudantes (Ciências, Técnico, Económicas...) e pelo sindicato de Professores da Grande Lisboa, centenas e centenas de estudantes, professores e trabalhadores manifestaram bem o seu ódio ao fascismo e às suas acções e à sua exigência de punição imediata dos bombistas.

Sob as palavras-de-ordem — "Punição exemplar dos incendiários fascistas", "Fascismo nunca mais! O fascismo não passará", "Pides, bombistas,

fascistas para a prisão" e "25 de Abril sim! fascismo não!" a manifestação que teve início no Rossio só viria a terminar em S. Bento depois dum longo percurso. Em S. Bento um dirigente da Associação de Ciências denunciaria uma vez mais o atentado criminoso de que foram alvo as suas instalações e a complacência governamental.

Tal como o comunicado associativo afirmou — "mais revoltante se torna esta complacência quando o II Governo Constitucional conta entre os seus mi-

nistros com Rui Pena, militante do CDS e advogado desses mesmos bombistas Mais revoltante ainda se torna quando os dirigentes da CODECO (organização nazi que reivindicou o atentado) são conhecidos, como o senhor Vasco Montês, uma vez preso por tráfico de armas e o senhor Cerejo dirigente da IOR, organização do caceteiro Galvão de Melo".

Apesar do comunicado da UEC a tentar boicotar a manifestação, o movimento estudantil soube, mais uma vez, responder com firmeza aos ataques de que é alvo.

Este ataque não é aliás o primeiro produzido pela direita fascista contra as escolas.

Cabe perguntar: porque são as escolas um alvo da direita fascista?

São-no pela simples razão de que os estudantes destas escolas e o movimento estudantil em geral souberam transformar as escolas do fascismo, souberam virar o ensino para a vida e luta do povo trabalhador e sabem hoje defender as conquistas alcançadas marginalizando a direita, batendo-a nas eleições para os órgãos de gestão.

MES NOS CONGRESSOS



do
MC
e da
OIC

VER CENTRAIS

Tiveram lugar na passada semana os Congressos do Movimento Comunista e da Organização de Esquerda Comunista, partidos do estado espanhol, com os quais o MES vem mantendo relações de solidariedade internacionalista.

O nosso partido esteve presente através de delegações que incluíam elementos do Comité Central, tendo tido oportunidade de constatar a proximidade das perspectivas estratégicas e táticas destas organizações amigas com as nossas próprias, ressalvada a diversidade das respectivas situações nacionais, Particularmente importante foi a perspectiva da unificação de

prática entre as duas organizações, a que os Congressos deram nova força, e que ficou expressa num documento comum que define o carácter socialista da revolução porque lutamos revolucionários espanhóis, o caminho a percorrer para a construção do Partido Revolucionário, como partido dirigente das forças da Revolução Socialista guiado pelo marxismo-leninismo, e a necessidade de uma prática de unidade e luta dentro das organizações de massas — de que se destaca o trabalho nas Comissões Obreras, a organização mais influente e militante do movimento sindical — a par de uma intervenção decidida nas lutas das mulheres e dos jovens.



Liberdade ... Liberdade ...

A liberdade de informar é sempre um dos direitos mais difíceis de conquistar e de manter. Porque extremamente incómoda, o poder raras vezes resiste à tentação de a amordaçar.

Todos conhecemos o que se passou em Portugal antes do 25 de Abril.

Depois foi o saltar da rolha...então houve liberdade, pluralismo e iniciativa. Na própria Constituição foram consagrados princípios fundamentais sobre esta matéria.

O 25 de Novembro veio repôr a rolha!

A Televisão faz a propaganda do governo. Na rádio temos noticiário único (maravilha do pluralismo, que nem Caetano imaginara...). Os jornais estatizados foram açambarcados pelos partidos afectos ao poder.

Tempo de antena para os sindicatos? Nada!

Agora a Judiciária faz arbitrariamente. buscas num jornal - o Página Um - retira documentos, desrespeita os mais elementares direitos. "Presumíveis" ligações deste jornal com um partido "presumivelmente" implicado num caso em curso de investigação é fundamento jurídico demasiado vago!

Voltamos ao velho estilo?

Quando vemos Jaime Gama passar revista à PSP e apelar para que continue "firme nos seus valores e na dedicação que sempre tem demonstrado à causa pública", salientando a sua divisa "Pela Ordem e pela Pátria", desvanecem-se-nos as últimas dúvidas.

Quem manda aqui?

O capitão-de-mar-e-guerra Sousa Campos proibiu o almirante de quatro estrelas Rosa Coutinho de entrar nas unidades de fuzileiros.

Souto Cruz estendeu a proibição a outras unidades.

O brigadeiro Hugo dos Santos também emitiu alguns "palpites" sobre a idoneidade do almirante.

Entretanto Rosa Coutinho, ilibado por recente acórdão do Supremo Tribunal Militar, continua por coo-car.

Depois de tanto falar em hierarquia, disciplina e legalidade parece que a direita militar se deixou disso!

Vira-casacas

Em representação da Internacional Socialista, Soares passou a semana a passear-se pela América Latina.

Para tal ocasião foi ao guarda-roupa e vestiu o seu melhor traje de esquerda: camisa vermelha e gravata de punho erguido, na lapela o cravo vermelho de Abril, a velha casaca anti-fascista, na mão a bengalinha do anti-capitalismo, na cabeça o capacete operário.

E lá foi em peregrinação, defendendo por aqueles países aquilo que renega no seu próprio país: o socialismo.

Julgá Soares que com tal fatiota poderá enganar alguém? Nós já lhe conhecemos bem o "fato de trabalho"! É a camisa laranja, desbotada, amarela quase amarela, enfeitada com círculos para onde apontam setinhas CDS, é a gravata FMI presa com um luxuoso alfinete em \$, são as condecorações concedidas pela CAP e pela CI P por altos serviços prestados, são os pacotes debaixo do braço, são as grossas botas oferta NATO, é a cartola de cores alemãs e com estrelinhas americanas na aba e é, finalmente, a casaca negra de coveiro do socialismo, da democracia e da independência do país.

Por tudo isto é urgente que os trabalhadores portugueses lhe façam no traseiro a nódoo do pontapé merecido por tantos serviços prestados...ao Capital e ao imperialismo.

EM DESTAQUE

PORQUE FALTA A CARNE DE VACA

Foi anunciada, na passada semana, uma greve dos talhantes que se prolongará por 15 dias em que apenas venderão a carne de vaca congelada, recusando-se à vendá de carne de bovino fresca.

Diga-se que a carne de vaca congelada corresponde apenas a 5 a 10% do consumo total.

PORQUE VAI FALTAR A CARNE DE VACA?

Por uma razão simples - é que quem domina o mercado de carne fresca são meia dúzia de intermediários especuladores que fazem o que querem para aumentarem os seus lucros. O que se passa é que apenas a carne congelada é distribuída, a preços tabulados, pela Junta Nacional de Produtos Pecuários; a outra é comprada ao produtor pelos intermediários (onde pontifica a Nobre que parece ter muitos negócios

para além das salsichas) e vendida depois, a qualquer preço, aos talhantes.

O exemplo mais notório ainda parece ser o cabrito que comprado a 30\$00/kilo pelo intermediário é depois vendido aos talhos por 120\$00 para chegar ao consumidor a 170.

Que soluções se colocam? Alguns talhantes propõem que a carne de vaca fresca deixe de ter preço fixo e que dependa do preço feito pelo intermediário. Talvez que isto resolvesse o problema dos talhantes mas à custa de mais uma sobrecarga das famílias portuguesas.

A única proposta capaz de solucionar o conflito será a do combate sério à especulação dos intermediários passando para a J.N.P.P. toda a venda de distribuição de carne. Estará o Governo PS/CDS interessado em fazê-lo?

EXTREMA - DIREITA INCENDEIA FACULDADE DE CIÊNCIAS

Com o incêndio que destruiu por completo o "recheio" da Faculdade de Ciências, desaparece um importante património cultural do povo português. Reivindicado por um comando de extrema-direita, o crime atingiu igualmente uma das escolas que durante o fascismo e já depois do "25 de Abril" constituiu sempre um baluarte de combate progressista de estudantes e professores.

A mobilização que imediatamente se seguiu (ver pág. 7) foi bem a prova de que estudantes, professores e trabalhadores exigem um imediato inquérito e punição às actividades bombistas e terroristas.

O Secretariado do CC do MES enviou ao Conselho Directivo e à Associação de Estudantes a seguinte mensagem de solidariedade:



NOVA MACHADADA NO NIVEL DE VIDA DAS FAMILIAS TRABALHADORAS

O Ministério dos Transportes acaba de anunciar um novo aumento dos transportes públicos nas zonas urbanas de Lisboa e Porto. Trata-se dum aumento da ordem dos 50% a entrar em vigor a partir de Abril.

Porque sobem os preços dos transportes? O governo explica-se dizendo que, no fundo, "tudo sobe, porque não os transportes?"

O que o governo se "esquece" de dizer é que numa verdadeira política ao ser-

viço das "camadas mais desfavorecidas" os serviços de natureza social tal como os transportes, a educação, habitação... não existem para dar lucros mas devem ser largamente subsidiados pelo Estado.

O que o governo se "esquece" de dizer é que este é já um resultado da venda do nosso país às exigências dos patrões do FMI que impõem uma drástica redução das nossas Despesas Públicas.

"Nesta hora difícil para a Faculdade de Ciências, Escola Superior de tantas tradições de luta anti-fascista, o Secretariado do Comité Central do MES, em nome de todos os membros do Partido, manifesta o seu pesar aos estudantes, professores e funcionários pelas percas e prejuízos irreparáveis, causados pelo incêndio do passado Sábado.

dades, tão benévolas no tratamento dos crimes do fascismo e dos seus agentes de antes e depois do 25 de Abril, que torne público todos os dados do rigoroso inquérito que certamente tão infausto acontecimento impõe para salvaguarda do património cultural do país e das liberdades do povo português.

Nestas circunstâncias julgamos, no mínimo, necessário exigir às autori-

Queiram transmitir, pois, os votos da nossa solidariedade a todos quantos foram atingidos."

ACORES separatismo provoca

O sr. Almeida voltou a botar palavra, e, fê-lo de tal forma que a imprensa lhe deu honras de primeira página, para, como sempre tem acontecido em relação ao separatismo ilhéu, mostrar o acessório e confundir o essencial - ajudando desta forma a FLA a cumprir o papel que lhe cabe na situação presente do arquipélago dos Açores.

Quando um "líder" do calibre de José de Almeida, cabecilha de um "gang" que dá pelo nome de FLA, se dá ao luxo de "ameaçar" com um "levantamento armado" o Estado Português, perante uma ruidosa assistência de 1000 pessoas no Teatro Micaelense, temos que reconhecer que a gravidade do facto não reside nisso mas sim na escandalosa passividade das autoridades ditas democráticas que se limitam a balbuciar tímidos avisos, como se estivessem perante um inimigo todo poderoso.

Mas, tudo isto se percebe melhor se tivermos em conta o que se passa no arquipélago, que não é estranho ao que se passa no resto do país. De facto, perante a mais que evidente incompetência do governo regional, que se tem limitado a criar secretarias (e o mais que inventam) para arrumar em luxuosos escritórios os "expoentes" que constituem a sua clientela política, como íamos dizendo, que dificuldades encontraria este governo se estivessem reunidas condi-

ções de vida política democrática que permitissem que povo açoreano manifestasse abertamente o que pensa sobre a equipe Mota Amaral.

Neste contexto, parece óbvio, que a função da FLA é a de fazer com que se fale muito em separatismo e pouco na forma como a "autonomia" tem sido governada, por um lado, e por outro lado, através dos seus grupos de arruaceiros (o chamado exército de libertação dos Açores) manter um clima de tensão desfavorável ao desenvolvimento de acções de carácter progressista (no que, diga-se o que se disser apenas favorece o G.R. e o PSD) -. Daí, talvez, a benevolência para com o sr. Almeida e capangas, que do ponto de vista dos objectivos que reclamam não representam perigo algum, mas são muito úteis enquanto "policías civis" encarregados de abafar tudo o que "cheire" a esquerda (nos Açores, até à pouco englobando PS-e depois da coligação com o CDS, ainda não sabemos... e com a vantagem de, depois do terrorismo praticado permitir que todas as entidades "democráticas" venham solenemente desautorizar tais actos, como se eles não tivessem nada a ver com a sua política permissiva (é o mínimo...) face ao fascismo.

Quem está nos Açores, empenhado em trabalhar e lutar contra este estado de coisas, sabe bem que o separatismo é gato escondido com rabo de fora...

EDITORIAL

Em 2 de Abril completam-se 2 anos sobre a promulgação da constituição da república.

1. A Constituição de 1976 representa, sem qualquer dúvida, um momento importante na luta política do proletariado e do povo explorado do nosso país pela sua emancipação. Luta que foi decisiva para que o 25 de Abril tivesse lugar, para que o regime colonial-fascista de Salazar e Caetano fosse derrubado, para que as liberdades políticas e sindicais fossem conquistadas, para que a própria Constituição existisse.

Consagrando um regime de democracia burguesa limitada, a Constituição de 1976 encerra um duplo significado contraditório que, aliás, a sua própria elaboração e promulgação espelha com toda a clareza: elaborada pela Assembleia Constituinte na sua maior parte sob a pressão do movimento revolucionário de massas que o 25 de Abril tomou possível, a Constituição veio a ser promulgada já depois do golpe reaccionário do 25 de Novembro, em plena contra-ofensiva burguesa patrocinada pelo imperialismo.

É assim que na Constituição se encontram formalmente consagrados os aspectos essenciais das conquistas populares com as liberdades alcançadas, o direito ao trabalho, à greve e ao controle operário, como a irreversibilidade das nacionalizações e a continuação da reforma agrária.

É assim que a Constituição, por outro lado, constitui o quadro formal no qual o poder burguês se tem vindo a consolidar na procura de formas mais eficazes de exploração e opressão do povo trabalhador.

Por isso mesmo a direita reaccionária e fascista investiu frontalmente contra a constituição, logo a seguir ao golpe reaccionário do 25 de Novembro, exigindo a sua revisão, tentando sujeitá-la a um referendo e sobretudo, gorados esses meios, incentivando toda a espécie de acções contra a liberdade e as próprias instituições que a constituição consagra, através de meios que vão desde a imprensa fascista ao terrorismo bombista.

Por isso mesmo as forças e sectores políticos e militares que recolhem na actual fase o patrocínio do imperialismo e das suas instituições (NATO, F.M.I., etc.) e dirigem a recuperação capitalista, embora não pondo em causa globalmente a constituição, atacam-na mais subtilmente, procurando esvaziá-la do seu conteúdo progressista através dum autêntico processo de revisão antecipada.

A maioria direita da Assembleia da República tem levado a cabo esse processo de revisão pela regulamentação dos princípios constitucionais de acordo com a legalidade burguesa e com o objectivo central de limitar

apertadamente as possibilidades de organização, luta e intervenção na vida social, política e económica das massas trabalhadoras.

2. A política burguesa de recuperação capitalista patrocinada pelo imperialismo está apontada para a destruição uma a uma das conquistas populares e, por isso, mesmo entra em contradição com a própria Constituição.

Para quem tivesse dúvidas bastava agora ver, menos de dois anos após a promulgação da Constituição, o CDS, partido que votou contra ela e que representa a continuação actualizada do marcelismo, presente no II Governo Constitucional.

As armas da recuperação capitalista estão apontadas e os seus objectivos são claros.

Trata-se de liquidar a reforma agrária dos trabalhadores e criar condições para que o capitalismo avance nos campos pisando os interesses e necessidades de trabalhadores rurais e camponeses pobres - a lei Barreto e o ministro-sombra CDS/CAP aí estão para ajudar.

Trata-se de reduzir o sector público, libertando para o capital privado os ramos e empresas mais lucrativos e financiando a constituição dos novos grupos financeiros - a lei da reprivatização e as indemnizações de dezenas de milhões de contos aos monopolistas aí estão para ajudar.

Trata-se de dividir o movimento sindical unitário organizado na CGTP-IN e vergar os trabalhadores pelo desemprego e pela miséria - a lei dos despedimentos, a revogação da unicidade sindical, as "Carta Aberta" e "CDT" aí estão para ajudar.

Trata-se de pôr em marcha um crescente autoritarismo no funcionamento das empresas, do Estado, das Forças Armadas e da sociedade recuperando pelo caminho alguns valores e algum pessoal do próprio regime fascista - os julgamentos farsa dos pides, a contemplação para com os bombistas, os saneamentos dos militares progressistas e reintegrações dos oficiais fascistas e golpistas como Spínola aí estão para ajudar.

A democracia burguesa limitada não passa, assim, do regime transitório no quadro do qual a burguesia portuguesa procura, sob a turela do imperialismo, sair da crise erguendo um regime mais autoritário e repressivo capaz de garantir o êxito da recuperação capitalista, isto é, da política de fome, miséria e exploração para o povo trabalhador.

3. O regime democrático-burguês não serva os interesses históricos do proletariado e povo explorado de Portugal que aspira a uma verdadeira democracia que só o socialismo pode instituir e a uma verdadeira liberdade que só na sociedade sem classes pode ser alcançada.

Os revolucionários sabem que só na base dum novo aparelho de Estado organizado em torno dos órgãos do Poder Popular é possível definir, garantir e levar por diante um verdadeiro regime democrático ao serviço das massas populares.

É por isso mesmo que na situação actual defendemos a Constituição de 1976 contra as investidas da direita reaccionária e fascista e contra as revisões de inspiração social democrata ou "Socialista" Democrática como o Dr. Soares prefere que chamem à sua política anti-operária e anti-popular.

É por isso que na situação actual defendemos a constituição de 1976 na medida em que consagra as conquistas populares e fornece campo para a eficaz organização da Resistência Popular Activa contra o autoritarismo burguês, a recuperação capitalista e a ingerência imperialista.

É por isso que na situação actual defendemos a Constituição de 1976 não como um fim em si mas como um meio para melhor desenvolver a luta pelo socialismo e pela independência nacional.

Para os revolucionários a defesa da Constituição integra-se na luta mais geral contra o avanço da direita e da recuperação capitalista. Por isso mesmo só uma política firme de denúncia e combate da política direita e repressiva do Governo PS/CDS e das instituições do regime de democracia burguesa limitada, só uma política que assente a resistência popular nos locais fundamentais onde o povo enfrenta a exploração e a opressão, pode servir a defesa consequente das conquistas populares e também da Constituição.

É na prática usando todas as possibilidades de organização e mobilização das massas trabalhadoras que as liberdades alcançadas e consagradas na Constituição permitem que as conquistas se defendam. E é defendendo as conquistas populares levantando a plataforma de luta da resistência popular activa que se acumularão as forças suficientes para levar por diante uma solução popular para a crise capitalista do nosso país.

É este o espírito que orienta a defesa da Constituição de 1976 pelos revolucionários: resistir activamente na defesa das conquistas que ela consagra com a força do movimento popular de massas.

É este o espírito que deve orientar as jornadas de unidade e luta do 25 de Abril e do 1º de Maio que devem servir para mostrar que com unidade, organização e luta as forças populares e revolucionárias estão em condições de resistir e travar a recuperação capitalista e a ofensiva burguesa e imperialista.



SECTOR ESTUDANTIL PREPARA A III CONFERÊNCIA NACIONAL

Englobada na concretização e aprofundamento da nossa linha tática de resistência activa à ofensiva burguesa, que se tem manifestado em outras realizações a diversos níveis, também o sector estudantil leva a efeito brevemente a III Conferência Nacional dos Estudantes do MES. Assim, os seus objectivos principais são: definir

as nossas palavras de ordem para o movimento estudantil nesta fase de luta reforçar a organização do Partido neste sector, concretizar a plataforma de Resistência Popular Activa para o ensino. Os militantes e as estruturas estudantis iniciaram já o debate dos textos de discussão e das teses a Conferência, e este processo de preparação será sintetizado pelas Conferências Regionais a realizar de 5 a 21 de Abril.

SESSÃO DE FORMAÇÃO SINDICAL NO COMITÉ LOCAL DE VIANA DO CASTELO

O Departamento de Trabalho Sindical e de empresa do Comité Central levou a efeito com grande participação activa dos camaradas activistas sindicais do comité

VIVA A COMUNA!

O Departamento Cultural da ORL lançou uma bela gravura da Comuna de Paris - óptimo instrumento de agitação revolucionária que recorda esta experiência

local uma sessão de formação sindical que deu particular atenção a temas como a reestruturação do movimento sindical e o papel das uniões sindicais, a importância do trabalho dos revolucionários nos sindicatos e a luta contra o Pacto Social e a cisão sindical.

que "ensinou ao proletariado da Europa a pôr em termos concretos os problemas da Revolução Socialista". Lénine.

Inclui também um poema de MAIAKOWSKI que vale a pena transcrever.

"O capital era jovem então as chaminés eram menos altas e eles içaram o estandarte da luta no Paris dos franceses Agitando a esperança no coração dos pobres".



ASSINATURA

Poder Popular

Revista Quinzenal
- Sai às 5.ªs feiras
Propriedade
do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção
Av. D. Carlos I - 132, Lisboa
Telefone 66 26 29
Impressão
Renascença Gráfica S.A.R.L.
Rue Luz Soriano, 44 - Lisboa

6 meses 70\$00 12 meses 130\$00
apoio 250\$00
estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____
Morada _____
 ENVIO CHEQUE N.º _____ BANCO _____
 ENVIO VALE DE CORREIO N.º _____

COMO CONSTRUIR A UNIDADE POPULAR (2)

As tarefas da resistência devem ser solidamente ligadas à conquista das condições políticas que possibilitem o relançamento da ofensiva popular, não só porque nenhuma plataforma táctica de luta pode ser desenvolvida fora do quadro do programa político estratégico que lhe dá vida, mas sobretudo porque na actual fase da luta de classes no nosso país, resistir activamente à recuperação capitalista, significa tomar as iniciativas políticas tácticas que aprofundem a crise de dominação burguesa e permitam sair da crise, saindo do capitalismo.

A frente de massas anti-fascista, anti-capitalista e anti-imperialista simboliza a canalização de todas as movimentações e esforços de resistência à avançada burguesa para um crescente acumular de forças, para a construção de uma alternativa popular ao capitalismo e à democracia burguesa.

O nosso Partido tem um passado e uma experiência rica, na luta constante pela unidade popular. A grande campanha política de massas gerada em torno da candidatura de Otelio Saraiva de Carvalho, bem como o levantar dos Gdups e do Mup e a sua posterior desagregação e fracasso, constituem uma sucessão de batalhas pela unidade popular e uma fonte rica de ensinamentos.

Que retiramos dessa experiência?

É partindo das lições que soubemos aprender, da nossa própria experiência e dos caminhos que a emancipação dos povos conhece a nível internacional, que baseamos a luta pela frente de massas anti-fascista anti-capitalista e anti-imperialista nos seguintes princípios:

A frente de massas deve unir pela base, num momento dotado de iniciativa

de recrutamento, organização e intervenção das fileiras revolucionárias.

A frente de massas só se consolidará debaixo de uma força política revolucionária, do impulso de uma direcção revolucionária, com implantação e capacidade para intervir activamente em todas as grandes frentes de luta da classe operária e do povo.

O desenvolvimento imediato da nossa táctica aponta um caminho firme na luta pela frente de massas. Esse é o caminho da organização unitária, ampla e aberta dos activistas da Resistência Popular nas várias frentes de luta em que ela se desdobra e sob uma orientação política global e revolucionária.

Do movimento sindical à luta dos moradores pobres, do movimento de defesa da Reforma Agrária ao Movimento Estudantil, das instituições democrático-burguesas ao terreno cultural, eis outras tantas frentes de luta onde a Resistência tem de ser solidamente organizada, cuja tarefa é a criação dos instrumentos frentistas par-

ciais capazes de organizarem unitariamente todos os que preferem a Resistência ao recuo, a luta à conciliação.

Considerando o Movimento Sindical, na actual fase, como o principal bastião do movimento popular de massas, o nosso partido aponta a tarefa de erguer a corrente sindical revolucionária no seio do movimento sindical unitário como a tarefa central, de momento, na luta pela frente de massas anti-fascista, anti-capitalista e anti-imperialista.

Representando já hoje uma oposição revolucionária à linha sindical reformista dominante na CGTP-IN, a corrente sindical revolucionária tem de ser organizada a partir dos locais de trabalho, agrupando todos os activistas do movimento operário dispostos a combater o pacto social e a cisão sindical, erguendo a perspectiva da resistência e luta do caderno reivindicativo aprovado no Congresso dos Sindicatos contra a ofensiva burguesa, numa alternativa revolucionária independente do reformismo conciliador.

MES PRESENTE EM ESPANHA COM MC E OIC CONGRESSOS DEBATEM UNIDADE

Tiveram lugar na passada semana, em cidades da Euscádia (país basco), os congressos do Movimento Comunista e da Organización de Izquierda Comunista, partidos que vêm mantendo com o MES relações de solidariedade internacionalista.

A escolha do país basco para estas importantes realizações não foi casual, sendo um reflexo do intenso trabalho desenvolvido pelas duas organizações no seio do movimento pela autodeterminação do povo basco e pelo reconhecimento dos seus direitos nacionais num quadro dum estado federal. Efectuados na véspera do ABERRI EGUNA, o dia da pátria basca, cuja celebração foi duramente reprimida durante os anos do fascismo franquista, os Congressos do MC e da OIC consagraram, para além do mais, a importância da questão nacional na luta política e na organização dos revolucionários a nível do Estado espanhol.

O nosso partido esteve presente ao longo dos trabalhos congressuais, através de delegações compostas por N. Teofónio Pereira e M. Pires, no caso do MC, e por L. Castanheira Lopes e M. Levy, no caso da OIC. O acolhimento fraternal dispensado aos nossos camaradas e os contactos havidos com as direcções dos 2 partidos confirmaram os laços de amizade que têm ligado as nossas organizações.



A delegação do MES com o Secretário-Geral do MC

ção na luta das nacionalidades oprimidas, mas combatendo a ideologia nacionalista burguesa das classes dominantes e defendendo a solução federal para o Estado espanhol. Acentua-se igualmente a luta pela ampliação da democracia e a conjuração do perigo fascista.

Os Estatutos aprovados consagram o MC como partido que se guia pelo marxismo-leninismo e pelas contribuições do pensamen-

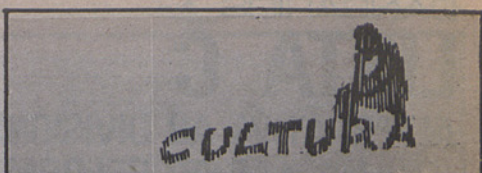
to de Mao Tsetung e de outros revolucionários e teóricos do movimento comunista, e que adopta o centralismo democrático, compatível com uma estrutura federal por nacionalidades. No centro da sua acção o MC coloca a luta pela construção do Partido Revolucionário.

O Congresso deu particular destaque ao debate da Resolução sobre a luta de libertação da mulher, questão fundamental da Re-

volução. O debate incidiu sobre a análise da dominação económica, sexual e ideológica sobre a mulher, traduzida na divisão do trabalho em função do sexo, na dominação do homem na família, na subordinação cultural, na repressão do direito a dispor do próprio corpo. As conclusões apontam para a definição das tarefas feministas da revolução, que incluem a luta por objectivos intermédios, por reformas, e salientam

a necessidade de "por os meios necessários para a superação das desigualdades hoje existentes entre homens e mulheres militantes, favorecendo de forma especial a promoção política das mulheres".

O II Congresso do MC encerrou com a eleição do novo Comité Federal. Eugénio del Rio foi reeleito para o cargo de secretário-geral, por grande consenso.



PUBLICIDADE TAMBÉM "INSTROI"

Ele entra no carro, de pastinha à diplomata na mão e, com um ar muito cansado, diz:

- Uf, que dia estafante!

Ele olhando para a esposa que o aguardava, pergunta:

- E tu?

Ela encolhe ligeiramente os ombros e responde:

- Ah, nada de extraordinário!

Olha para os milhares de tele-espectadores que isolados na sua ilha agarram o mundo através da televisão e acena-lhes com um sorriso cúmplice.

Mudança rápida de cenário e sequência ainda mais rápida do que é "tradicional" e "natural" as mulheres fazerem enquanto os maridos se estafam: tratar dos filhos, limpar a acsa, fazer a comida, etc.

Regresso ao cenário do automóvel e o marido conclui:

- Ah, vocês, as mulheres, têm uma sorte!

Ela volta a olhar para os milhares de "náufragos" que nesse momento estão a embarcar na TV e lança-lhes um novo sorriso cúmplice.

Eis como um "inocente" filme publicitário pode ser um importante veículo para levar a casa de cada cidadão uma determinada visão e compreensão da realidade, da vida.

Fechados ao seu pequeno mundo caseiro, reproduzindo aí, entre marido e mulher, pais e filhos, o mesmo tipo de divisão e de relação que existe, a nível mais geral, entre patrão e empregados, os membros da família são presas fáceis e receptivas aos discursos que lhe vão sendo impingidos através da rádio e da televisão, seus principais elos de ligação ao mundo exterior e hostil.

Qual a importância de um "ingénuo" anúncio a uma droga de poderes quase miraculosos e nos quais não acreditamos muito?

E, contudo, vem lá a dizer, de forma clara, que o lugar da mulher na sociedade é em casa, a tratar do lar e dos filhos. E fá-lo de uma maneira tão sedutora que quantas mulheres não ficarão a pensar que aquele é que deve ser o seu destino, que quantos homens não pensarão que aquela é que é a ordem lógica e natural das coisas?

Este pequeno filme publicitário tem a virtude de evidenciar a importância do trabalho político dos revolucionários em relação à questão da mulher e na frente cultural:

- Lutar contra a subalternização social da mulher que a transforma em objectivo ao serviço do homem e do capital;

- Quebrar o seu isolamento e servidão;

- Combater a ignorância e o obscurantismo de que ela é particular vítima;

- Combater as ideias da burguesia dominante, a sua concepção do mundo e da sociedade em todos os domínios em que se manifeste;

Estas são tarefas centrais dos comunistas nestas duas frentes fundamentais de intervenção.

A perspectiva de unificação destas organizações esteve presente no decorrer dos 2 Congressos, tendo ficado expresso num documento de 20 pontos aprovado pelos delegados dos 2 partidos. Consagrando larga convergência de posições quanto à definição de estratégia e táctica e a questões organizativas e estatutárias, este documento e o acordo que lhe está na origem abrem um espaço de intervenção revolucionária e unificadora

no Estado espanhol a que, em particular, as restantes organizações revolucionárias da Europa meridional estarão atentas.

A unidade consagrada nos Congressos da OIC e do MC foi significativamente selada por uma grande festa conjunta que reuniu os militantes e simpatizantes destas organizações num recinto de S. Sebastian, e que foi uma significativa manifestação de alegria, vitalidade e sentimento unitário.



MC: 10 anos de luta pelo Socialismo

Realizado em Bilbao e reunindo cerca de 500 delegados das diversas nacionalidades e regiões do Estado espanhol, o II Congresso do MC representou a consagração do seu crescente prestígio nacional e internacional, traduzido na presença de delegações de organizações progressistas e revolucionárias como a OLP, o MIR chileno e o MIR boliviano, o PDP italiano, o PRT argentino, o PVP uruguaio, para além de organizações do Iraque, Marrocos, Líbano e outros países que se fizeram representar ou enviaram mensagens.

Os trabalhos do Congresso foram preenchidos com a discussão e aprovação de Resoluções Políticas sobre a sociedade socialista, a política nacional e internacional do partido, a construção do Partido Revolucionário e a questão da Mulher, a votação dos Estatutos e de Informes sobre o trabalho sectorial e finalmente a eleição do Comité Federal e do Secretário-Geral.

No informe do CC cessante, lido pelo secretário geral, Eugénio del Rio, foi

feita uma análise da situação política do Estado espanhol, caracterizada por um "regime parlamentar com sérias limitações à democracia, fruto do papel hegemónico da burguesia na substituição do franquismo". Acentuando o carácter selectivo e autoritário da democracia burguesa e a impossibilidade de um regresso ao fascismo, o informe do CC apontou para a "vinculação do Partido à esquerda das massas" e para "esforços para clarificar a situação do que se tem vindo a chamar esquerda revolucionária".

Na definição de objectivos para o trabalho revolucionário, o informe deu destaque ao forjar de uma sólida unidade dos movimentos de massa no sentido da acumulação de forças, o que impõe uma política de unidade e luta com a esquerda reformista. Ao longo dos trabalhos esta política de unidade e luta e os seus limites seriam precisados, tendo sido consagrada, no campo sindical, a prática de trabalho unitário dentro das Comissões Obreras, hegemónicas pelo reformismo mas com grande tradição militante e influência.

A Resolução aprovada sobre política nacional dá grande destaque à participa-



OIC: PELA UNIDADE E ORGANIZAÇÃO DO POVO

O II Congresso da Organização de Esquerda Comunista teve lugar em S. Sebastian, com a presença de 450 delegados, encerrando com uma sessão pública num bairro operário dos arredores da cidade. Nesta sessão, estiveram presentes delegações dos principais partidos de esquerda do Estado espanhol e, em particular, da Euscádia, para além de representantes do KB alemão, do MIR chileno, do MIR Boliviano, da OLP, do SWP britânico e outros.

O informe do secretário-geral caracterizou a situação política de democracia burguesa restringida e de

reforço do autoritarismo praticado pelo governo da UCD, excluindo no entanto a probabilidade de uma involução a curto prazo do processo de "democratização" escolhido pelo capital monopolista. A análise da situação política e do campo da esquerda foi a base para uma autocritica da direcção do partido sobre a prática recente, e o apontar de novos objectivos para a luta da classe operária e do povo e das tarefas da OIC nessa luta.

Assim, é definida uma linha de acumulação de forças no movimento de massas e na construção do Partido Revolucionário, que passa pelo esforço unitário dos órgãos de classe e também por objectivos de luta democrática e inter-

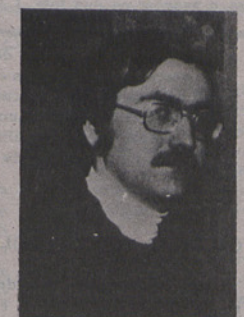
venção nos órgãos do estado burguês (parlamento, municípios, etc.). Neste âmbito, o Congresso apreciou informes sobre o trabalho sindical (defesa da intervenção nas Comissões Obreras e luta no seu seio contra o reformismo), a intervenção democrática, o trabalho da juventude e da luta das mulheres.

No debate sobre organização, foram consagrados os princípios do marxismo-leninismo e a estrutura federal do partido, para além da autonomização das estruturas de jovens e mulheres.



DOIS CONGRESSOS PARA A UNIDADE

Ao longo dos trabalhos dos 2 congressos, houve troca de delegações entre



J. V. de Villaescusa, reeleito Secretário-Geral da OIC



o MC e a OIC. Para além disto, asseguraram participação permanente delegações do Partido da Unificação Comunista das Canárias, que tem desenvolvido um trabalho profundo de unidade com aqueles 2 partidos.

LUTA ESTUDANTIL

NOVA DERROTA DA DIREITA NO LICEU DA AMADORA

Depois de terem perdido as eleições associativas, a lista de direita (coligação JS/JSD) tentou uma última manobra - a impugnação do acto eleitoral.

Politicamente tratava-se duma importante vitória da esquerda já que o liceu da Amadora é o maior liceu do país e goza de longas tradições de luta estudantil.

Em referendo 2305 alunos pronunciaram-se contra a impugnação e 1672 a favor, num confronto que envolveu 80% dos estudantes. A lista de ampla unidade de esquerda saiu assim mais reforçada, aumentando a diferença que a separa das posições reacçãoárias.

OS REVOLUCIONÁRIOS VENCEM NA ESCOLA SECUNDÁRIA DE MANGUALDE

O movimento estudantil na E.S. de Mangualde deu um grande passo em frente. Numa escola de fracas tradições mas aonde continuam a existir grandes e graves problemas para os estudantes, organizaram-se pela primeira vez eleições para a constituição da respectiva Associação de Estudantes.

Concorreram 3 listas: lista A (UEC); lista B (unidade revolucionária) e lista C (JS, JSD, JC e "herdeiros de Salazar"). A premiar o esforço que os revolucionários tinham desenvolvido até aí, principalmente na dinamização desportiva (na escola não há professores de Educação Física!) contrastando com a inactividade e verbalismo dos elementos das outras listas, a lista B obteve uma vitória esmagadora.

Vitória tanto mais de realçar que foi conquistada contra os reformistas e uma santa aliança de direita que ia até aos "herdeiros de Salazar!!!"

15

BANCÁRIOS

LISTA C

ALTERNATIVA AO DIVISIONISMO
E AO REFORMISMO

Realizam-se no próximo dia 1 de Abril as eleições para os cargos gerentes do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Um destacado grupo de lutadores sindicais agrupados na lista C, propõe à classe um programa que procura romper com o imobilismo e desmobilização a que o enfeudamento partidário das sucessivas direcções tem conduzido os trabalhadores.

Desse programa são pontos fulcrais a reestruturação da banca, a organização sindical e a posição perante o movimento sindical.

Assim, defendem a racionalização dos serviços bancários, a efectiva coordenação e fiscalização da sua actividade, bem como a especialização das instituições bancárias (comércio externo, investimento, poupança, habitação, agri-

cultura e pesca) com vista ao aprofundamento e consolidação do processo de fusões. Esta reestruturação da banca terá de ser feita sob uma óptica de gestão democrática de acordo com os princípios consagrados na Constituição.

GREVE OU NÃO-GREVE:
FALSA QUESTÃO

Entretanto, desrespeitando a decisão da Assembleia Geral de 13/3/78, a direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas veio apelar à greve em solidariedade, dizia ela, com os restantes trabalhadores bancários do centro e norte que tinham adoptado essa forma de luta.

É significativo que uma direcção sindical, que, ao longo de todo o processo contratual em curso, se tem caracterizado por uma política de permanente conciliação com o Ministério das Finanças/Ministério do Trabalho (como o demonstram as suas cedências no campo das férias, do trabalho eventual e da criação

do quadro de adidos) venha agora dar mostras de grande combatividade sem que tivesse dado um passo para criar as condições para desencadear a greve.

Esta posição foi amplamente desmascarada na A.G. de 13 de Março assim como a instrumentalização partidária que se esconde por detrás dela (não nos esqueçamos que os corpos gerentes dos três sindicatos são afectos ao PPD).

Mas se essa AG se saldou, por um lado, pela vitória sobre a proposta oportunista da direcção, por outro lado os trabalhadores bancários viram mais uma vez adiada a resolução do CCT que já se arrasta desde Novembro de 1976, já que os vários sectores reformistas fizeram aprovar

a posição que faz depender da campanha eleitoral a luta pelo CCT.

Os revolucionários, agrupados em torno da lista C, defenderam a realização de RGT's nos vários locais de trabalho com a presença da actual direcção, que conduziria a um plenário de delegados sindicais e a subsequente convocação de uma AG a curto prazo, ao mesmo tempo que se levaria a cabo uma campanha de esclarecimento da opinião pública sobre as razões da luta.

Esta proposta permitiria informar e mobilizar as mais vastas camadas de trabalhadores bancários e avançar para um processo de luta que teria como objectivo a última proposta sindical aprovada na Assembleia Geral de 26 de Novembro de 1977.

Os acontecimentos que se têm vindo a desenrolar mostram à evidência a correcção da proposta defendida pelos revolucionários.

A opção não está entre fazer ou não greve assim como não está entre lutar no imediato pelo CCT ou esperar pelo resultado da campanha eleitoral, mas sim na mobilização, ou não, da classe, na articulação, ou não, dos vários níveis de luta.

Os trabalhadores bancários devem tirar as lições dos últimos acontecimentos e avançar na sua luta.



II CONGRESSO TÊXTIL

Vai realizar-se na Covilhã, de 19 a 21 de Maio, o II Congresso dos Trabalhadores do Sector Têxtil.

A Federação dos Sindicatos dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário de Portugal apresenta a este Congresso um conjunto de "Propostas sobre o Plano de Acção" para serem discutidas pela classe nesse importante encontro.

Essas propostas encontram-se divididas por três temas:

I tema - situação económico-social no sector;

II tema - condições de vida e de trabalho no sector;

III tema - organização sindical no sector.

Pela importância que esses documentos assumem, não só para os trabalhadores daqueles sectores de actividade, mas também em todo o movimento sindical português, iniciaremos neste número do "Poder Popular" a divulgação de cada um daqueles temas.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL DO SECTOR

O sector têxtil compreende os subsectores da têxtil algodoeira das malhas, dos lanifícios, da tapeça-

ria, da cordoaria, do vestuário, da chapelaria e das rendas e bordados.

A sua importância no conjunto da economia nacional pode ver-se pelos seguintes dados: o sector representa 7% do Produto Nacional, 6% do Rendimento Nacional, 20% da produção da indústria transformadora, exportando cerca de metade da sua produção e empregando mais de um quarto dos trabalhadores da indústria transformadora nacional (ou seja, perto de 300.000).

O problema mais grave com que se defrontam todos os trabalhadores deste sector é, sem dúvida, o desemprego. O elevado número de pequenas empresas (1), a sua grande dependência do capital estrangeiro e da Banca, tornam-no muito vulnerável quer às próprias raízes do capitalismo internacional, quer às medidas de recuperação capitalista levadas a cabo pelos últimos Governos.

Esta dependência é agravada pela necessidade de importação de parte fundamental das matérias-primas (de que a permanente desvalorização do escudo aumenta os preços) e por outro lado pela concentra-

ção do mercado externo do sector (três países - Reino Unido, Suécia e Estados Unidos - absorvem cerca de metade das exportações).

A adesão ao Mercado Comum, ao abrir o mercado interno aos têxteis estrangeiros, vindos de países onde a exploração da mão-de-obra pelas multinacionais é feita da forma mais desenfreada (Caso da Coreia do Sul, Formosa, Singapura, etc), vem tornar ainda mais crítica esta situação já que a grande maioria das empresas portuguesas não estão preparadas para essa concorrência, que acarretará para os trabalhadores do sector baixos salários, intensificação da exploração ou, mais simplesmente, o desemprego, pela falência das pequenas e médias empresas ou pela modernização das grandes unidades.

(1) 83% do total das empresas existentes têm menos de 50 trabalhadores. No entanto, esses mesmos 83% das empresas empregam apenas 18% dos assalariados do sector, enquanto 3% das grandes empresas empregam 38% dos trabalhadores.

a existência de "excesso de mão-de-obra."

A marcação de plenários em todos os locais de trabalho da empresa para discutir a situação criada com esta tentativa de despedimento colectivo é já um passo importante para a mobilização dos trabalhadores na luta contra a manobra da administração.

GREVE NA FUNÇÃO PÚBLICA

Está convocada para 6 de Abril uma nova paralisação a nível nacional, na Função Pública que visa impôr ao Governo a aceitação da Proposta Reivindicativa Comum (PRC) subscrita por 23 sindicatos do sector. Depois da greve do 10 de Março - que apesar das fracas tradições de luta do sector teve um balanço bastante positivo - a próxima paralisação terá de contar com um redobrado empenhamento dos trabalhadores mais conscientes para garantir o avanço da luta.

Nun processo que assenta fundamentalmente sobre a mobilização e combatividade da classe, a atitude de certas direcções sindicais subscritoras da PRC, como é o caso da Função Pública, um dos sindicatos mais representativos merece justas críticas pelo trabalho que não quis fazer. Sem uma assembleia geral nem qualquer outra iniciativa de carácter mobilizador, estes dirigentes estão a deixar campo livre ao Governo e à direita para que, com pressões intimidatórias, consigam fazer fracassar a luta da função pública.

Recorda-se que o processo desencadeado pelos trabalhadores da função pública visa fundamentalmente questões de carácter salarial, não só no que res-

peita a aumentos de vencimentos para as letras mais desfavorecidas, mas também relativamente à contestada tabela especial para quadros, defendida pelo Governo.

ELEIÇÕES NA STANDARD ELÉCTRICA

Vão realizar-se em breve as eleições para a C.T. da Standard Eléctrica. No período que antecedeu a apresentação das candidaturas, coube aos camaradas revolucionários a tarefa de dinamização que conduziu-se à apresentação de uma lista que agregasse trabalhadores das várias tendências político-ideológicas que reconhecidamente se propõem defender os interesses dos trabalhadores.

Numa altura em que é evidente o avanço das forças que combatem as organizações dos trabalhadores, os seus direitos e conquistas, pondo mesmo em perigo a própria democracia, é mais do que nunca necessária a unidade de todos os trabalhadores, com base naquilo que os une, pondo de lado as divergências menores.

No entanto, e apesar das muitas tentativas feitas, camaradas houve que boicotaram a ideia logo à partida, dizendo que "era impossível" a unidade em torno da proposta apresentada. Outros, dando provas de possuir um conceito "especial" de unidade, pretendem hegemonizar a lista, em defesa de interesses estranhos aos trabalhadores.

Foi contra as atitudes conciliatórias dos primeiros e o sectarismo e controleirismo dos segundos que surgiu a lista C. A unidade que ainda não foi possível concretizar, continuará, no entanto, a ser a bandeira de luta dos camaradas da lista C que se candidatam sob a palavra de ordem "Pela unidade e defesa dos trabalhadores".

TRABALHADORES
EM LUTA!

DESPEDIMENTOS NA PHILIPS

Meia centena de trabalhadores da Philips, do sector de matrizes da divisão industrial de Carnaxide, poderão ser "voluntariamente" despedidos daquela empresa e ir engrossar o já grande contingente de desempregados existente no País. Numa subtil manobra de aliciamento, a administração da Philips propõe-se pagar àqueles trabalhadores subsídios superiores aos legais, se eles aceitarem a rescisão mútua do contrato.

Mas o que os administradores da multinacional Philips não dizem e irão fazer, no méio da confusão, é despedir 15 activistas sindicais, numa tentativa de destruir as organizações de trabalhadores na empresa.

Apesar de "encapotada", esta manobra do capital internacional está já a ser desmascarada e os trabalhadores da Philips não irão permitir o despedimento dos seus camaradas. Além disso, existem também propostas de reconversão de certos sectores da empresa, apresentadas pelos trabalhadores, acerca das quais a administração nada diz para poder continuar a alegar

A DEPENDÊNCIA ECONÓMICA

Continuamos hoje a publicação de uma série de textos apresentados na I Conferência do MES sobre Política Internacional.

O artigo agora apresentado foca a posição de Portugal na divisão internacional do Trabalho, sob um prisma comercial, a questão da dependência e o Mercado Comum.

PORTUGAL E A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

1. Na fase de acumulação capitalista em Portugal que vai de 1960 a 1974, o país cumpre a sua função tradicional de abastecedores de produtos alimentares e de vestuário em relação ao Centro capitalista mundial industrializado, ao mesmo tempo que é promovido a uma nova função de crescente importância: o fornecimento de produtos manufacturados, de tecnologia mais complexa quer para consumo final (de massa) quer para consumo intermédio.

2. No final do período referido, regista-se uma clara tendência no sentido de elevar a posição de Portugal na divisão internacional do trabalho sobretudo no campo industrial e dos serviços. Esta tendência inscreve-se no movimento de transferência (do Centro capitalista mundial para as zonas intermédias e até periféricas) de sectores de tecnologia capital-intensiva e, por conseguinte, com elevados custos de funcionamento (si-

derugia, petroquímica, construção naval e reparação naval, etc.) e traduzindo-se pela formação de acordos entre grandes grupos multinacionais e grupos financeiros portugueses com o apoio do Estado para implantarem unidades produtivas de grandes dimensões nesses sectores (Lisnave, Sines e Setenave).

3. A fase de forte agudização da luta de classes que se seguiu ao 25 de Abril parece ter constituído porém mais um intervalo do que uma viragem radical neste tendência de longo prazo, que consiste na transição de Portugal para uma nova posição na divisão internacional do trabalho. De facto os fenómenos mais recentes e mais significativos (o projecto da Renault no campo automóvel, a exportação de tecnologia de construção e reparação naval, a abertura crescente ao investimento estrangeiro) parecem apontar para uma consolidação dessa posição e uma integração crescente na economia mundial capitalista.

DEPENDÊNCIA COMO?

Em síntese, pode-se dizer que o tipo de dependência comercial que se verifica no caso português tem um conteúdo bastante diverso do que se verifica para o Terceiro Mundo em geral.

O ponto essencial da questão poderá ser este: sendo importador de bens de conteúdo tecnológico específico elevado e a que uma série de normas rígidas de utilização acrescentam um forte peso monopolístico (dependência tecnológica), Portugal encontra-se quase inteiramente dependente do centro capitalista mundial industrializado para o abastecimento dos meios de produção, que como se sabe, constituem a força motriz da acumulação capitalista.

Em contrapartida, exporta bens que igualmente muitos outros países se têm vindo também a especializar nos últimos anos. Daqui resulta que, para além do peso relativo do abastecimento de produtos portugueses ser desprezível para o Centro Mundial industrializado em termos globais (o que não acontece, por exemplo, com certas matérias primas de certos países), a burguesia portuguesa é obrigada, para manter os seus mercados de exportação, a entrar numa luta competitiva com outros fornecedores mundiais, em que, da-

do o tipo particular dos produtos, o factor salários baixos é um trunfo fundamental e o factor tecnologia-productividade de secundário.

PORQUÊ O MERCADO COMUM?

Assim, se pode compreender, nomeadamente, e a outro nível, a integração no Mercado Comum recentemente desejada pela burguesia industrial, como meio de assegurar protecção para as suas exportações para esse mercado, face à concorrência crescente de asiáticos, sul-americanos e mesmo recentemente alguns países africanos.

Neste contexto, não se vê como possível qualquer política autónoma da burguesia nacional; para além da definição económica deste estrato de classe se tornar cada vez mais difícil, dado o conjunto de vínculos de dependência que a ligam ao capital internacional homogéneo, ela é obrigada, para sobreviver, a alinhar numa concorrência internacional feroz, num quadro de jogo claramente ditado pelos interesses mais globais do bloco imperialista.

Não se vê, assim, qual seria a lógica e a viabilidade de um processo de acumulação de capital que em vez de se ligar mais estreitamente ao mercado mundial, se afastaria progressivamente dele, reforçando o papel do mercado interno e as ligações inter-sectoriais.

Essa seria afinal a solução preconizada pelos reformistas — a substituição de importações no quadro do capitalismo dominante — uma solução tão utópica como semeadora de ilusões entre os trabalhadores.



ITÁLIA O "ANTI-TERRORISMO" E O PCI

O rapto de Aldo Moro segue-se à entrada do PCI para a maioria governamental.

Esta entrada tinha deixado já em claro que o PCI não só aceitava a austeridade como se faria em um dos seus melhores defensores.

Mas o PCI comprometeu-se igualmente a apoiar os diferentes projectos repressivos da D.C. Aproveitando o ambiente emocional criado em torno do rapto de Moro, Berlinguer é o primeiro a apelar à defesa da "ordem publica" e à aprovação de fortes medidas repressivas.

Em que consistem estas medidas?

Interrogatórios: poderão ser feitos sem a presença dum advogado "nos casos de urgência absoluta".

— Escutas telefónicas: é alargado o recurso a elas — A nova lei restringe de tal modo a liberdade provisória que acaba quase por a suprimir;

— Guarda à vista: a Polícia poderá reter nas suas instalações, durante um máximo de 24 horas, qualquer pessoa que se recuse a declinar a sua identidade ou suspeita de haver declarado um nome falso;

— "delito de capacete" — "é interdita a utilização de capacete de protecção ou de qualquer outro meio que dificulte a identificação pessoal..."

— "Não é punível a utilização de armas de fogo pelo agente da polícia quando este é obrigado a responder a uma resistência activa à autoridade..."

A adopção destas medidas — as mais severas desde o fascismo, a coberto da luta anti-terrorista, mostra bem a natureza da resposta burguesa

A entrada dos reformistas para a área governamental acaba por os conduzir não só a apoiá-las como a fazer deles os seus agentes.

ELEIÇÕES FRANCESAS: VITÓRIA DA DIREITA LIÇÕES A TIRAR

A esquerda pode apresentar importantes justificações para esta derrota: O modo de escrutínio utilizado desde De Gaulle e segundo o qual deputados são eleitos por maioria absoluta e não pelo método proporcional. Isto prejudica sistematicamente a esquerda.

A divisão das circunscrições, sabiamente organizada pelo poder (de direita...) e que prejudica largamente a esquerda. Por exemplo: proporcionalmente as zonas operárias elegem menos deputados do que as zonas burguesas ou as zonas de província.

Para além destas dificuldades, que à partida se lhes deparavam, os partidos da esquerda criaram outras suplementares sobretudo com as divisões que mostravam existir entre si e que só permitiram um acordo já após a primeira volta das eleições. Acordo, aliás, feito à pressa e que

não disfarçará as dificuldades que forçosamente surgirão no seio da coligação no caso de uma vitória eleitoral.



Com tudo isto há que ter em conta que os 91 deputados que a direita tem a mais (148 gaulistas — RPR, 137 Giscardianos — UDF e 6 diversos contra 105 PS, 86 PC e 10 MRG) não correspondem a uma diferença significativa em votos. O número total de votos é ligeiramente favorável à direita, na segunda volta, como foi aliás favorável à esquerda na primeira volta.

Além disso a esquerda aumentou o número de deputados no Parlamento: o PS em 9 e o PC em 12, só os radicais de esquerda viram a sua representação diminuir em 3 elementos.

Por outro lado — factor de não pequena importância — a esquerda revolucionária conseguiu eleger um deputado. Deste modo passará a ter voz no Parlamento, passando a disfrutar de ampla audiência que tal posição lhe proporciona.

É claro que uma vitória da "esquerda unida" não significava só por si que a França daria passos firmes no caminho do Socialismo.

A prova temo-la nós em casa. Temos governo PS há já bastante (demasiado!) tempo e nunca em tão pouco tempo nos afastamos tanto do Socialismo como nestes anos... No entanto não podemos deixar-nos cair em comparações excessivas entre o caso fran-

çês e o nosso.

De facto em Portugal com o período revolucionário que se seguiu ao 25 de Abril, muitas medidas progressistas foram tomadas e, sobretudo, o movimento popular atingiu enorme dimensão.

O PS aparece em oposição a esta "subversão social" em que se traduziam estas manifestações de poder dos trabalhadores em luta pela defesa dos seus interesses e por modificações radicais na organização social. Deste modo o PS surge aliado à direita.



Em França tudo se passa muito diferente. As organizações reformistas que integravam a coligação de esquerda encontram-se há longos anos na oposição, em luta contra a direita

instalada no poder. Longos anos de luta demasiado "bem comportada", é certo, a ponto de fazer duvidar se aspiram de facto ao poder. Mas que não deixa de significar uma ruptura em relação às concepções mais uma vez triunfantes, a garantir que em caso de vitória se abriria, pelo menos um amplo espaço de luta, permitindo um desenvolvimento enorme do Movimento Popular no caminho da contestação do sistema capitalista.

ALGUMAS CONSEQUÊNCIAS

Foi esta hipótese de criação de um espaço ao desenvolvimento do Movimento Popular que mais uma vez ficou adiada. Demonstrando mais uma vez como é aleatório centrar a política nas eleições sobretudo se são organizadas e controladas pelo inimigo de classe. Não que seja correcto descurar estes campos de luta. Mas eles não são os únicos nem sequer os decisivos como pretendem fazer crer os partidos reformistas.

Os resultados destas eleições não deixarão de

ter importantes reflexos na estratégia das forças de esquerda dos restantes países da Europa.

No último número do "PP" insinuávamos que, anacronicamente, era bem possível que Soares estivesse a torcer por uma vitória dos Giscardianos...

De facto saíram reforçadas as teses dos que se opõem à união dos PSs com os PCs, perfilhada por Soares e maioritária no seio da Internacional Socialista. Não faltará quem afirme que a derrota se deve ao anti-comunismo do eleitorado e que o PS sozinho teria tido muito maiores possibilidades...

A confirmar as teses de Soares só faltaria agora um convite de Giscard aos socialistas para uma aliança governamental, isolando os Gaulistas e passando a governar mais ao centro... só que tal hipótese é mais do que improvável. E a realizar-se, quem nada de bom teria daí a esperar era o povo francês! A quem tenha dúvidas, o povo português, já bastante experiente em tais tristes alianças, poderá prestar todos os esclarecimentos...

SESSÃO DE TRABALHO PARTIDÁRIA NO ALENTEJO

ERGUER A RESISTÊNCIA NOS CAMPOS

Realizou-se no passado dia 18 de Março, em Beja, uma reunião partidária em que participaram camaradas do C.C., das DOR's e comités locais da zona sul, com o objectivo de analisar a situação política nacional e local, retirando daí as directrizes que orientarão o trabalho político dos militantes do MES naquela região.

Assumiu a direcção dos trabalhos um camarada do Secretariado Político que introduziu o tema com uma longa intervenção sobre o significado do Orçamento Geral do Estado proposto pelo Governo PS/CDS à Assembleia da República e a necessidade urgente de se erguer uma alternativa popular e revolucionária ao Governo com o CDS. Neste sentido, foram avançadas algumas das duras consequências do Orçamento Geral do Estado sobre as condições de vida do nosso povo e apontada a forma de luta prioritária a preparação de uma jornada nacional de luta que a Intersindical deverá levar à prática.

De imediato, seguiram-se várias intervenções de camaradas das direcções de organizações regionais e de comités locais, cuja tônica dominante consistiu na preocupação em dar respostas simples e concretas aos problemas com que se defrontam dia-a-dia os trabalhadores, de modo a alargar a resistência e construir uma firme barreira de oposição activa ao Governo de direita com o CDS.

Foi igualmente debatido o processo que conduziu à apresentação da lista unitária candidata aos órgãos dirigentes do sindicato dos

Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Beja, a qual veio, posteriormente, a ser rejeitada pela actual Direcção do Sindicato sem qualquer justificação séria.

Neste sentido, o MES não pode deixar de manifestar o seu mais vivo repúdio por processos como o utilizado pela direcção do Sindicato ao rejeitar esta lista, processo e métodos que em palavras reivindicam a unidade dos trabalhadores mas que nos actos reduzem essa mesma unidade à pura defesa de interesses partidários, violentando gravemente a unidade de classe dos trabalhadores e a sua democracia interna.

Apesar de tudo, urge levar uma palavra de esperança a todos os trabalhadores que contra tudo e contra todos se atreveram valentemente a apresentar uma lista, após grande esforço de recolha de assinaturas, que servisse as aspirações de unidade, a democracia dos trabalhadores alentejanos e pusesse em cheque a falsa política de unidade dos revisionistas.

Por outro lado, o MES exorta a todos os trabalhadores rurais a manterem o seu esforço de coesão para a luta, cientes de que é com confiança, trabalho e muita paciência que encontrarão os meios neces-

sários para a vitória.

Acabado o almoço, os camaradas responsáveis da zona sul do nosso partido juntamente com amigos do MES, visitaram demoradamente a Cooperativa Poder Popular, em Alber-

noa tendo a visita sido orientada pelos camaradas Moreira, Venâncio e Aníbal, trabalhadores da cooperativa.

Por volta das 18 horas, com a casa do povo de Albernoa repleta, realizou-se

uma sessão de esclarecimento do MES, onde detalhadamente se analisou a situação económica e social do nosso país, bem como a actuação política global do Governo PS/CDS, estabelecendo-se um para-

lelo entre este e o I Governo do Dr. Soares, tendo-se concluído de que se a situação já era má, pior se apresenta agora.

Por outro lado, foi duramente criticada a política demagógica utilizada pelo Dr. Soares, designadamente a tese central do "socialismo em liberdade" que utilizou para chegar ao poder, contrapondo-se a necessidade de lutarmos pela conquista da liberdade socialista.



SINDICATO DOS AGRÍCOLAS DE BEJA BOICOTE À LISTA DE LUTA

Tal como o Poder Popular nº 67 relatou, estava em preparação uma lista de unidade para o Sindicato dos Agrícolas de Beja, construída na base dum programa claro de luta e subscrita por um largo número de trabalhadores rurais com prestígio junto dos seus camaradas - delegados sindicais, dirigentes de cooperativas, membros de Secretariados de União de Cooperativas e de UCP's.

A apresentação desta lista acaba de ser boicotada pelos membros da anterior direcção afectos ao PCP, através dos mais diversos atropelos à democracia sindical. O PCP mostrou assim o medo que tem do fortalecimento dum alternativa revolucionária no Alentejo que conduza de facto os trabalhadores rurais na luta pela defesa da Reforma Agrária e por melhores condições de vida.

Reproduzimos, a seguir, alguns extractos do mais recente comunicado da lista.

Queremos anunciar a todos os trabalhadores que, graças ao grande apoio recebido, pudémos apresentar, dentro do prazo legal, a lista com 653 assinaturas de apoio, de acordo com os Estatutos, que apenas exigiam 627 assinaturas.

Apesar disso, a actual Direcção do Sindicato não aceitou a apresentação da nossa lista. Impediu mesmo a entrega dentro do prazo legal de mais assinaturas recolhidas.

A democracia e a unidade do nosso Sindicato sofreram mais um golpe com esta actuação da Direcção,

o que só vem favorecer os nossos inimigos: os agrários e o governo ao seu serviço.

Caluniaram-nos de "divisões". Nós perguntamos: é divisionismo concorrente às eleições, de acordo com os Estatutos? Será que a democracia da Direcção é haver só uma lista, como no tempo do bandido Salazar? Então, para que se fazem eleições, se são sempre os mesmos?

Nós não queremos fazer outro sindicato. Queremos é defender o nosso Sindicato que foi desorganizado pelo mau trabalho da Direcção. Dos 31 mil sócios só 12 mil e quinhentos têm as quotas em dia e podem votar. No Sul do Distrito não há Delegações Sindicais, e em Freguesias com mais de 400

sócios só 10 ou 15 podem votar.

Caluniam-nos de "aventureiros" porque não queremos dar um palmo de terra aos agrários, porque lutamos contra a repressão da G.N.R., porque queremos que se lute com acções e não com palavras pela saída da Portaria, que a actual Direcção abafou durante tanto tempo. Será "esquerdismo" querer uma vida digna?

Camaradas:

Nós queremos fortalecer a democracia e a unidade no nosso Sindicato!

Por isso denunciámos a recusa da nossa lista como uma acção sectária e contra os Estatutos.

SITUAÇÃO MILITAR

A direita militar procede nos últimos tempos a uma importante ofensiva destinada a anular as resistências que encontra na consolidação do seu poder a nível dos Altos Comandos das Forças Armadas.

Servindo-se, desde antes do 25 de Novembro, dos argumentos que lhes têm sido ingenuamente oferecidos pelos chamados "moderados", a hierarquia militar mais reaccionária, a pretexto do prestígio das F.A.'s, da sua disciplina, competência, respeito pela hierarquia, despartidarização, despoliticização, etc, tem vindo a partir daquela data a ocupar sistematicamente os postos chave nos vários ramos e escalões de comando das F.A.'s.

Tendo visto a acção facilitada na Força Aérea, cujo Estado-Maior, desde o tempo de Morais e Silva,



recentemente condecorado pela sua acção, sempre foi da sua confiança, a direita militar tem contudo, encontrado resistências nos outros dois ramos.

Assim, na Armada o car-

DIREITA MILITAR AO ATAQUE

so Rosa Coutinho e o largo apoio que este recebeu de centenas de oficiais deste ramo, juntamente com a derrota da lista da direita no Clube Militar Naval (já aqui referidos no último nº do PP), são exemplos que a hierarquia ao serviço da direita, representada aqui pela dupla Souto Cruz - Silva Horta, ainda não está à vontade. Por outro lado a recente proibição imposta ao almirante Rosa Coutinho de entrar nas mais importantes unidades da Armada e que os seus autores - o comandante do Corpo de Fuzileiros e em seguida Souto Cruz - basearam num despacho de Eanes, foi bastante mal recebida pela maior parte dos oficiais, sargentos e praças da Armada que vêm neste acto uma prepotência sem justificação e um precedente perigoso.

Relativamente ao ramo fundamental das F.A.'s - o Exército - a direita militar tem vindo a fazer uma campanha sistemática contra os obstáculos que lhe surgem, mudando sucessivamente os alvos dos seus ataques e servindo-se das cederências de sectores democráticos que, erradamente, pensam que cedendo conseguem manter as suas posições e o equilíbrio de forças.

Neste momento o alvo da direita militar mais reaccionária é, no Exército, o comandante da Região Militar de Lisboa, o general Vasco Lourenço. Sendo esta Região Militar de grande importância estratégica e cujo comandante é o único que ainda escapa ao controlo da direita militar, esta intensificou agora os seus ataques a Vasco Lourenço.

Rocha Vieira - nomeado Chefe do Estado Maior do Exército por Eanes e considerado então homem de inteira confiança deste, mas cujas posições, desde o caso de demissão de Loureiro dos Santos do cargo de Vice-CEMGA, têm vindo a tornar-se cada vez mais mais duvidosas - resolveu preterir Vasco Lourenço na promoção a major por outro capitão com menos antiguidade no posto. O Conselho da Revolução, emendando a decisão do C.E.M.E., promoveu Vasco Lourenço. Na origem da decisão de Rocha Vieira estará o desagrado que lhe causou a forma considerada benevolente como Vasco Lourenço resolveu a questão dos 29 capitães de Mafra.

Rocha Vieira e a direita que com ele fez coro consideraram inadmissível a punição pouco mais que simbólica que Vasco Lourenço atribuiu aos 29 capitães, considerando-a um incentivo à indisciplina.

A direita militar fascista servindo-se dos órgãos de informação que com total

impunidade lhes servem de porta-voz, tenta explorar estes acontecimentos em seu favor. Baseando-se como de costume, em "fontes militares altamente colocadas" a direita relata, da forma que mais lhe convém, quem no C.R. votou a favor ou contra a promoção de Vasco Lourenço. Tenta já, e como que preparando terreno para nova e importante substituição do alto dos seus ataques, responsabilizar Ramalho Eanes pela promoção de Vasco Lourenço, e pela sua manutenção como comandante da R.M.L.

Depois de tantos militares de Abril afastados com o 25 de Novembro, depois de Charais, Pezarat, Melo Antunes e agora Vasco Lourenço, e tal como tantos outros homens do 25 de Novembro que não inspiraram total confiança à direita militar mais reaccionária, Ramalho Eanes surge já como alvo a abater em futuro mais ou menos próximo. Onde parará a escalada? Continuarão os militares democratas a aceitá-la passivamente?